

Economia Brasil

Crise política deixa economia paralisada

06 SET 1992

CORREIO

BRAZILIENSE

A perspectiva de agravamento da crise econômica, alimentada pelo forte componente político do momento, está mantendo o empresariado nacional mais cauteloso do que nunca. Com isso, o planejamento estratégico e as ações são conservadoras, já que nada indica reversão do quadro de estagnação a curto prazo. Os poucos indicadores econômicos positivos, como os do Produto Interno Bruto e setores como a agroindústria, não refletem a paralisação que toma conta da economia brasileira que está à espera das amplas reformas estruturais do Estado.

Segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, mesmo com a atividade industrial apontando um PIB de + 2,2 por cento no encerramento do ano, preocupa a queda nas vendas em alguns setores como têxtil — amarga baixa de 40 por cento na comercialização e o nível de emprego que diminuiu dez por cento em âmbito nacional. Somente em São Paulo existe 1,3 milhão de desempregados. "O patamar significa que as empresas atingiram o grau máximo de enxugamento de seus quadros de pessoal", diz Franco. Para algumas empresas a crise forçou equilíbrio no endividamento, mas outras estão debilitadas e podem fechar se a política recessiva perdurar.

O feeling do industrial, reforçado pelos estudos de conjuntura, é de que não serão sentidas alterações na inflação, preços, salários e câmbio até o final do ano. A expectativa se deve à incapacidade de o mercado absorver movimentos ascendentes de preços. Os efeitos serão dois: a estabilização do custo de bens e serviços em níveis altos, e a retração do empresariado em crescer, implicando em contenção salarial.

O segmento cambial estará muito condicionado aos fatores psicológicos. Tecnicamente o comportamento deverá ser estável na medida em que há bom lastro em dólares, formado pelos seguidos superávits da balança comercial. Em julho o saldo das contas internacionais foi de 1,5

bilhão de dólar, com as exportações atingindo 3,5 bilhões de dólares contra importações de 2 bilhões de dólares. O previsto para 92 é 15,4 bilhões de dólares sobre os 10,6 bilhões obtidos ano passado.

Ajuste — A exemplo do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, que prega a necessidade de mudanças fiscais, administrativas e outras correções, o diretor do departamento de Economia da Fiesp, Sérgio Luiz Bergamini, prevê que todo o sacrifício da sociedade será perdido se não for promovido o ajuste fiscal. "Enquanto o Estado não for modernizado e houver desequilíbrio nas contas públicas (gerando inflação) empresários e trabalhadores pagarão o ônus da irresponsabilidade dos governantes", alertou Sérgio Bergamini.

Os cenários prováveis que o diretor do Departamento de Economia vislumbra para os próximos meses não trazem alento em relação às dificuldades atuais. Explica que a ociosidade média de 30 a 35 por cento sobre a capacidade de produção continuará a tirar o sono de muitos empresários. As indústrias trabalharão em função da reação de mercado, mantendo baixos estoques de matéria-prima e produto acabado, a fim de fugirem do custo financeiro. Será este mesmo custo do dinheiro que limitará mais a busca de empréstimos. "Os juros são constrangedores e não conheço negócio legal que sobreviva pagando taxa real de 40 por cento", completou.

Os sinais de alerta ficarão por conta dos salários, empurrados cada vez mais para baixo, pressionados pela escassa oferta de vagas no mercado formal de trabalho. Consequentemente, o movimento de informalização da economia será fortalecido. O câmbio representa outro perigo potencial se ocorrer desvalorização do cruzeiro. Afetará os preços relativos desequilibrando-os acentuadamente, sem contar a corrosão que provocará nos salários.